

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.326.256 - RS (2012/0111941-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL  
**ADVOGADOS** : MATIAS FLACH E OUTRO(S) - RS045066  
RÉGIS BIGOLIN - RS059575  
FABRICIO ZIR BOTHOME E OUTRO(S) - RS044277  
**RECORRIDO** : SANTA JACQUELINE DUARTE DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : NORBERTO BARUFFALDI E OUTRO(S) - RS007983

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. VIOLAÇÃO AO ART. 535, II, DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. AUXÍLIO CESTA-ALIMENTAÇÃO. VALOR. COISA JULGADA. SÚMULA 83 DO STJ. EXCESSO DE EXECUÇÃO. SÚMULA 7 DO STJ.

1. A Corte local tratou de forma clara e suficiente a controvérsia apresentada, lançando fundamentação jurídica sólida para o desfecho da lide, apenas não foi ao encontro da pretensão da parte recorrente, o que está longe de significar violação ao art. 535 do CPC/1973.
2. O entendimento das instâncias ordinárias de ser impossível alterar o critério do valor do auxílio da cesta-alimentação consignado na decisão exequenda transitada em julgado está em conformidade com a jurisprudência do STJ.
3. O acolhimento da pretensão recursal de excesso da execução demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial ante o óbice da Súmula 7 do STJ.
4. Recurso especial não conhecido.

**DECISÃO**

**1.** Cuida-se de recurso especial interposto por FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim ementado:

Agravo de instrumento. Previdência privada. Alegação de cerceamento de defesa por indeferimento de perícia atuarial. Desnecessidade de tal prova. Matéria unicamente de direito, bastando os documentos apresentados para solucionar a lide. Auxílio cesta-alimentação. Valor idêntico ao repassado aos funcionários da ativa. Impossibilidade de discussão de matéria abrangida pelo manto da coisa julgada. Forma de realização de cálculo não discutida no processo de conhecimento.

Descontos previdenciários e fiscais. Recurso desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 467, 475-L e 535, II, do CPC/1973.

Alega negativa de prestação jurisdicional por omissão da Corte local sobre as questões relativas aos limites objetivos da lide na fase ordinária e ao cerceamento de defesa. Afirma omissão sobre a possibilidade de oportunizar à recorrente a comprovação de suas alegações mediante a produção de prova pericial.

Sustenta ofensa à coisa julgada, uma vez que o montante executado extrapola o determinado no título executivo, que é claro sobre a aplicabilidade das Convenções Coletivas, havendo excesso de execução na ordem de R\$ 48.688,46. Afirma que os recorridos postularam o benefício de auxílio cesta-alimentação com base nas Convenções Coletivas da categoria, não podendo ser esse benefício calculado em sede de cumprimento de sentença com base em valores de acordo coletivo.

Argumenta excesso de execução, uma vez que a correta apuração do montante condenatório deve considerar a necessidade de recálculo do salário-real-de-benefício, a atualização e abatimento de todos os valores pagos aos recorridos a título de tutela antecipada, os valores a título de contribuição previdenciária e que os valores da restituição devem sofrer a incidência do imposto de renda.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 283-292.

É o relatório. Decido.

2. Resguardado de qualquer ofensa está o art. 535 do CPC/1973, haja vista que a ofensa somente ocorre quando o acórdão deixa de pronunciar-se sobre questão jurídica ou fato relevante para o julgamento da causa. A finalidade dos embargos de declaração é complementar o acórdão quando nele identificar omissão, ou, ainda, aclará-lo, dissipando obscuridade, contradição ou erro material.

Na espécie, a Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes, inclusive sobre as alegações referentes à observância do título executivo e ao cerceamento de defesa (fls. 218-228). Portanto, não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional, de forma que se a decisão combatida não correspondeu à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

3. No que tange à violação ao art. 467 do CPC/1973, o inconformismo não prospera.

Acerca do valor do benefício do auxílio cesta-alimentação, registra-se que, na origem foi negada a pretensão da parte recorrente, tendo em vista que no título judicial ora exequendo já havia sido definido que o valor seria equivalente ao repassado aos funcionários em atividade do Banrisul, sendo impossível a discussão da matéria abrangida pelo manto da coisa julgada.

É o que se depreende do seguinte trecho do acórdão recorrido e da decisão agravada na origem, respectivamente:

"Superada a preliminar, observo que a parte agravada apresentou

cálculos para executar valor oriundo de ação ordinária em que a agravante restou condenada ao pagamento das parcelas concernentes ao benefício do Auxílio Cesta Alimentação “*em valor equivalente ao repassado aos funcionários em atividade do Banrisul*”.

A sentença julgou procedente o pedido para pagamento das diferenças de complementação de aposentadoria relativamente aos abonos estabelecidos nas convenções coletivas, bem como a verba relativa ao auxílio cesta-alimentação. Em sede de apelação, a Colenda 5ª Câmara Cível desta Corte negou provimento ao apelo da demandada e proveu o apelo da demandante, tendo o acórdão restado ementado nos seguintes termos:

[...]

**Nessa medida, tenho que o valor a ser utilizado no cálculo do Auxílio Cesta Alimentação deve ser o fornecido pelo Banrisul, por estar atualizado e referir-se ao efetivamente pago aos funcionários da ativa.**

**Repito que a forma correta de calcular os valores relativos ao Auxílio Cesta Alimentação consiste na soma dos valores brutos, mês a mês, de conformidade com os dados fornecidos pelo Banrisul, devidamente corrigidos em observância da decisão transitada em julgado.** (fls. 222-223) (g.n.)

"Conforme a sentença proferida nos autos da ação ordinária a fundação impugnante foi condenada a incorporar o benefício aos proventos complementares da impugnada em valor equivalente ao repassado aos funcionários da ativa. Assim, revela-se desarrazoada a pretensão da fundação de aplicação de valores do auxílio cesta alimentação distintos daqueles informados pelo Banrisul." (fl. 37)

Verifica-se que o entendimento das instâncias ordinárias de ser impossível alterar o critério do valor do auxílio da cesta-alimentação consignado na decisão exequenda transitada em julgado está em conformidade com a jurisprudência do STJ. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES FIXADOS NA DECISÃO EXEQUENDA. MODIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não é possível a alteração do critério de correção monetária expressamente consignado na decisão exequenda, sob pena de violação da coisa julgada. Precedentes.

2. Recurso especial provido.

(REsp 1517557/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 18/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 554 DO CPC/73) - TELEFONIA - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE PROVEU O AGRAVO REGIMENTAL PARA CONHECER DO AGRAVO E, DE PLANO, NEGAR PROVIMENTO AO APELO EXTREMO. INSURGÊNCIA DA AGRVANTE.

1. Inviável o acolhimento da pretensão do recorrente no sentido de alterar o critério para o cálculo do valor patrimonial das ações, na medida em que importaria violação ao princípio da imutabilidade da coisa julgada. Precedentes.

2. O recurso especial não é instrumento adequado para o reexame de provas, notadamente para verificar se os cálculos elaborados no procedimento de cumprimento de sentença incorreram em excesso frente ao título executivo formado. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AgRg no AREsp 651.012/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 28/05/2018)

Ademais, *"rever o entendimento do Tribunal de origem quanto à observância dos limites da decisão transitada em julgado, demandaria necessário revolvimento de matéria fática e probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 07/STJ"* (AgRg no AREsp 250.212/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 19/06/2015).

4. Em relação à violação ao art. 475-L do CPC/1973, também não prospera o inconformismo.

A Corte local, interpretando o título judicial exequendo, concluiu que: ele não determinou que devesse se incorporar ao salário real de benefício; que deviam haver os descontos fiscais e previdenciários após a execução do valor bruto, e isso teria sido ressaltado pela parte recorrida indicando os valores que corresponderiam aos descontos do imposto de renda e da contribuição previdenciária; que não existe prova de pagamento de valores a título de medida antecipatória; e que, se comprovado pela recorrente, deverão ser amortizados sobre a condenação principal.

Segue trecho da fundamentação do acórdão recorrido (fls. 224-227):

"Outrossim, quanto à metodologia de cálculo empregada, verifico que o título executivo, em momento algum, determinou a forma da realização do cálculo e que devesse se incorporar ao salário real de benefício.

Trata-se de matéria abrangida pelo manto da coisa julgada que não pode mais ser discutida nesta sede, de conformidade com a legislação vigente:

[...]

Destarte, incabível, neste momento processual, pois já existente a coisa julgada material, rediscutir matéria superada na fase de conhecimento.

De outra banda, entendo que os descontos fiscais e previdenciários devem ser efetuados pela parte agravante, cabendo sinalar que a parte agravada ressaltou expressamente, na petição das fls. 127/131, os valores que correspondiam aos descontos do imposto de renda e da contribuição previdenciária,

Calha assinalar que o imposto de renda não incide sobre o valor total devido, mas sobre cada uma das parcelas devidas e não pagas, no momento em que deveriam ter sido efetuados, de forma que obedeçam às alíquotas e faixas de isenções daquela ocasião.

[...]

Assim, nada a reparar na decisão agravada também quanto a este aspecto, tendo em vista que, como bem evidenciou a magistrada *a quo*, as importâncias devidas a título de imposto de renda e contribuição

previdenciária não devem ser excluídas do valor da condenação, pois a execução é realizada pelo valor bruto, sendo o desconto de tais parcelas ato posterior.

Por fim, quanto aos valores eventualmente pagos a título de tutela antecipada, a exequente consignou, com acerto, no requerimento de cumprimento de sentença, que não existe prova da efetivação da medida antecipatória, ressalvando que, se comprovado pela devedora, os pagamentos efetuados deverão recair em amortizações sobre a condenação principal relativa aos benefícios devidos à autora."

Desse modo, o acolhimento da pretensão recursal - de excesso de execução tendo em vista o salário real de benefício, os valores a título de tutela antecipada e a alegada não observância dos descontos de contribuição previdenciária e de imposto de renda - demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CÁLCULO COM BASE NO SBR. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO NO TÍTULO EXECUTIVO. REVISÃO. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Tendo as instâncias ordinárias, soberanas no exame do acervo fático-probatório dos autos, concluído que os cálculos do laudo pericial estavam de acordo com os critérios estabelecidos no título executivo, notadamente em relação à ausência de determinação expressa acerca da condenação com base no SRB, afastando, assim, a alegação de ofensa à coisa julgada, não se mostra possível modificar tal conclusão ante o óbice do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte Superior.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1099644/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 26/10/2017)

**5.** Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator